



**ARAKEN BARBOSA  
DA SILVA\***

a importância do Programa de  
Promoção e Desenvolvimento dos  
Arranjos Produtivos Locais (PAPL/  
AL) para o desenvolvimento local  
sustentável

\*Mestrando em  
Gestão Pública para  
Desenvolvimento do  
Nordeste



RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a ação da política pública, mais precisamente a efetividade do Programa de Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (PAPL/AL), incidente sobre os arranjos produtivos localizados no Estado de Alagoas. O interesse surgiu da importância que esse processo inovativo trouxe para as transformações econômicas e sociais nos territórios. A opção é, também, fruto de observações quanto ao processo de desenvolvimento dos territórios, conjugada com a integração cada vez maior entre as economias dos países e a globalização crescente das atividades econômicas.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento local sustentável. Aglomerados ou *clusters*. Arranjo produtivo local. Avaliação de política pública.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to evaluate the effect of public policy, specifically the effectiveness of PAPL/AL (Promotion and Development Program of Local Clusters), which refers to clusters located in the state of Alagoas. Interest emerged from the importance that such innovative process brought to economic and social changes in the territories. The option also results from observations of the development process in the territories, along with the increasing integration among the economies of the countries and the increasing globalization of economic activities.

KEY WORDS

Local sustainable development. Clusters. Local cluster. Evaluation of public policy.



## INTRODUÇÃO

Atualmente, é necessário buscar uma reflexão sobre a relação entre economia e geografia, e, em potencial, a capacidade de desenvolvimento por meio do potencial de um arranjo produtivo local numa determinada região.

É relevante que a ação governamental vise uma crescente transformação na sociedade, com o empoderamento desta e o aumento do capital social.

Uma nova abordagem da teoria do planejamento e desenvolvimento regional ressalta a importância do poder público na promoção dos territórios, atuando como indutor e coordenador do processo de transformação da estrutura produtiva.

As aglomerações de produtores vêm provocando significativas transformações nos determinantes da dinâmica da economia dos territórios. Essas mudanças vêm se manifestando pelo surgimento de vantagens sistêmicas, decorrentes da especialização da produção como fator endógeno do processo de concorrência e do crescimento econômico.

Desta maneira, faz-se necessário reunir e sistematizar um conjunto de informações sobre as características dos aglomerados e seu potencial de desenvolvimento. Concomitante uma avaliação sistemática das políticas de intervenções nos territórios por parte do poder público, dos objetivos pactuados com os resultados e impactos efetivamente alcançados.

Neste sentido, é importante avaliar a efetividade do Programa de Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas PAPL/AL (2004 – 2008), identificando o que mudou e o que permaneceu, do ponto de vista social e econômico, após sua implementação.

O Programa de Mobilização para o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas (PAPL/AL) define a estratégia de atuação do governo de Alagoas em conjunto com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AL) e parceiros, para a geração de ocupação e renda, tendo como base a atuação prioritária em ações coletivas e integradoras direcionadas ao desenvolvimento dos micros e pequenos negócios.

O programa incidia, neste período, sobre 9 arranjos produtivos, abrangendo um total de 67 municípios, com cerca de 60.000 produtores/empresários.

O presente artigo visa discutir a importância do PAPL/AL em transformar o processo produtivo nas áreas geográficas específicas, com a melhoria da competitividade e a eficiência dos agentes no quadro de uma maior equidade e desenvolvimento. Gerando, assim, mudanças na estrutura produtiva em decorrência da política de intervenção nos territórios, além de mudanças transformadoras, por meio do fortalecimento do protagonismo local e o aproveitamento da vocação local para geração de ocupação e renda, viabilizando um maior nível de estruturação social e econômica. Permitindo, desta forma, dar efetiva competitividade aos APL em Alagoas.

Este trabalho teve um caráter de estudo bibliográfico, realizando uma ampla revisão da literatura sobre desenvolvimento regional sustentável e aglomerado, ou *clusters*. Também foram analisados os documentos referentes aos arranjos produtivos locais na SEPLAN/AL e SEBRAE/AL e da literatura especializada sobre a temática aqui analisada.

## QUADRO TEÓRICO

### DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

À luz da concepção da matriz teórica sobre o sistema de produção e desenvolvimento econômico, tomam-se algumas questões importantes, as quais serão analisadas dentro de uma estrutura teórica que busca, neste trabalho, a recuperação contemporânea do território como unidade relevante de análise especialmente os estudos de *clusters*, inspirados pelos trabalhos de Porter (1989), que retoma a contribuição de Marshall para analisar as vantagens competitivas dos países baseados em economias externas de aglomeração.

Um dos objetivos principais dessas teorias é dar resposta à seguinte pergunta: por que se concentra a atividade econômica em determinadas localidades em vez de se distribuírem uniformemente pelos territórios? Ou colocado de outra forma: o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico são territorialmente desequilibrados?

Entretanto, conforme Lemos *et.al* (2005), existe uma grande variedade de elementos territoriais que condicionam os processos de geração e absorção de externalidades derivados dos processos de aglomeração de produtores.

As estratégias de desenvolvimento endógeno surgem da capacidade de organização coletiva e nutrem-se de processos de inclusão social e valorização da cultura.

Outra vertente para explicar o desenvolvimento do território seria a vertente neo-Schumpeteriana da economia da inovação, por meio da análise dos sistemas locais de inovação, em especial gestões referentes ao campo da economia do aprendizado. E o marco teórico disso é a perspectiva evolucionista dos três fatores-chave da economia da inovação e do aprendizado: cumulatividade, especificidade e apropriabilidade.

É de se ressaltar que as políticas que visavam à correção das disparidades interregionais de cunho Keynesiano começaram a dar lugar ao planejamento de políticas que atribuíam o conceito de capital social proposto por Putnam (1996), entre outros, dentro de um processo endógeno de crescimento.

A nova discussão teórica traz grandes contribuições para o desenvolvimento econômico. Entre os elementos-chave está a competitividade determinada por uma ampla difusão do conhecimento e do progresso técnico como uma condição de sobrevivência das unidades produtivas em aglomerados. Destaca-se, também, a superação da concepção do desenvolvimento como crescimento econômico, agregando ao debate as questões ligadas ao meio ambiente e as desigualdades sociais.

Segundo Boisier (1996, p.135):

O desenvolvimento de um território organizado [...] depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno.

Nesta ceara, o surgimento dos aglomerados, ou *clusters*, seria favorecido em função de forças advindas das vantagens locais, dentro de um crescimento endógeno.

O desenvolvimento endógeno sustentável ocorreria quando a renda gerada na atividade local transborda para outros setores da economia local, ou seja, há transversalidade da atividade principal na economia local (NORTH, 1977).

No processo de transformação da produção em uma determinada área geográfica em que se pretende melhorar a competitividade e a eficiência dos agentes em um quadro de equidade e desenvolvimento faz-se necessária a transformação produtiva articulando-se em uma economia competitiva e sustentável do território, e a ligação desse território econômico com mercados dinâmicos.

Concomitante, o desenvolvimento sustentável deve ser baseado no chamado “tripé mágico”: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social (SACHS, 1990).

Na redução dos óbices para o desenvolvimento local, é fundamental o papel governamental no planejamento, coordenação e execução das ações pactuadas, no sentido de perseguir a criação de ambientes com vantagens competitivas, com ações em infraestrutura e disseminação das inovações Sicsú *et.al* (2007). É fundamental o papel do Estado para incentivar e facilitar a interação e a coordenação de atores no território, as empresas entre si, indivíduos com instituições e empresas com instituições, dos atores do território e os atores externos. Assim, aumentará as oportunidades para as empresas locais e outras partes interessadas a participar no processo e seus benefícios distribuídos para a sociedade local.

#### AGLOMERADOS OU *CLUSTERS*

A vantagem de aglomeração de produtores no processo de concorrência capitalista foi inicialmente apontada por Marshall (1985), que analisou as experiências dos distritos industriais da Inglaterra no século XIX.

Segundo este autor, a presença concentrada de firmas em uma mesma região pode prover ao conjunto de produtores, vantagens competitivas que não seriam verificadas se eles estivessem atuando isoladamente. Chama a atenção para o fato de que em função dessas externalidades positivas, os produtores locais tenderiam a apresentar um desempenho competitivo superior, já que tais vantagens são específicas ao âmbito local.

A aproximação dos produtores também dá ensejo ao processo de circulação das informações e dos conhecimentos tendo canais próprios de comunicação e de fontes específicas de informação, permitindo, desta forma, o desenvolvimento de novas capacidades organizacionais e tecnológicas.

Podemos definir *clusters* como concentrações geográficas de companhias e instituições interrelacionadas num setor específico, com característica fundamental o ganho de eficiência coletiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta dos agentes (Porter, 1999).

A experiência dos *clusters* no estado de Alagoas permeia a abordagem da nova concepção de desenvolvimento econômico, em que o espaço deixa de ser contemplado simplesmente como suporte físico das atividades e dos processos econômicos, dentro da perspectiva da nova geografia econômica, passando a valorizar os territórios, as relações entre seus atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural.

#### ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

Na definição da REDESIST/SEBRAE (2003), arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. E caracteriza-se por meio de uma dimensão territorial, uma diversidade de atividades de atores econômicos, políticos e sociais, um processo de geração, compartilhamento e socialização de conhecimento, uma fonte de inovação e aprendizado interativos, diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades (governança), e um maior grau de enraizamento entre os diferentes agentes do APL, com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos e financeiros.

O conceito abordado aqui sobre arranjos produtivos locais insere-se na caracterização desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e elaborada pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), por intermédio do Termo de Referência, em que caracteriza um APL contendo os seguintes aspectos:

- Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; e

- que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes

empresas, segundo Termo de Referência para a Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

A versão brasileira de APL seria, assim, aglomerações de empresas localizadas na mesma área que tenham vínculos e fabricação conjunta, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais e instituições de crédito; havendo coesão econômica, política e social incidente sobre um conjunto específico de atividades produtivas que estão ligadas, mesmo que sejam incipientes. E que traz inerentes no seu desenvolvimento diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades que estão relacionadas com a produção e a distribuição de bens e serviços, bem como a geração, disseminação e utilização de conhecimentos e inovações, ou seja, o processo de governança.

Portanto, APL, na concepção brasileira, é uma aglomeração de empresas na mesma área que se especializaram na produção e mantém laços de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais e instituições de crédito, formação e investigação.

Os APL têm diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades que estão relacionadas com a produção e distribuição de bens e serviços, bem como o processo de geração, difusão e uso do conhecimento e da inovação, mas possuem características básicas como:

- Dimensão territorial;
- diversidade de atividades e atores;
- conhecimento tácito;
- inovação e aprendizado e a ação conjunta;
- governança; e
- a formação de vínculos territoriais.

Os APL seriam, assim, aglomerações territoriais com coesão econômica, política e social incidente sobre um conjunto específico de atividades produtivas que estão ligadas, mesmo que sejam incipientes. Que dentro dos territórios existem aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais com foco num conjunto específico de atividades econômicas (LASTRES E CASSIOLATO, 2003) em que estratégias de desenvolvimento



endógeno surgem da capacidade de organização coletiva e nutrem-se de processos de inclusão social e valorização cultural.

#### O PAPEL DO PLANEJAMENTO PÚBLICO

A contribuição da teoria econômica para o desenvolvimento do território traz embutido o papel do Estado na função de coordenação, dada as falhas de coordenação do mercado em economias em desenvolvimento.

Desta forma, o processo de intervenção nos territórios pelas instituições governamentais na promoção dos *clusters*, denominado de ações minimalistas (TENDLER, 1987) visam promover *cluster* já existente na localidade, mas nunca fazer surgir uma nova atividade.

No caminho desta visão, Tendler (1987) e Kilby (1979) enfatizam que essas políticas não se restringem à promoção dos *clusters*, mas a políticas de desenvolvimento de uma forma geral (associativismo, cooperativismo, ONG, etc).

Ademais, o fenômeno da globalização acirra desigualdades e promove fragmentação revalorizando a escala regional. Assim, as políticas de desenvolvimento regional são importantes instrumentos de redução de desigualdade e valorização das diversidades.

Ressalta-se, também, que a natureza das instituições públicas que interagem com a comunidade local é em Putnam (1996) e Locker (1995) de fundamental importância para a um melhor desempenho no desenvolvimento.

O papel das instituições públicas é, assim, de fundamental importância para a elaboração consistente de projetos regionais, reforçando a capacidade de negociação dos pequenos produtores, a formalização das relações com fornecedores e intermediários e o acesso a mercados mais exigentes, por meio de ações que visem melhorar a qualidade dos produtos ou serviços.

#### GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO

A existência de tipos de interação e cooperação entre as empresas do arranjo propiciam desenvolvimento tecnológico, empréstimo de maquinário, *marketing*, participação em consórcios, visita a outros produtores, troca de informações em reuniões sociais no desenvolvimento

de produto, treinamento de trabalhadores, compra de insumos entre outros aprendizados coletivos, corroborando com o fato de que as atitudes inovadoras em um território dependem da densidade de seu tecido institucional e capital de relações (MAILLAT, 2002).

Ou ainda, o conceito de equilíbrio utilizado na teoria dos jogos em Nash, por Pinheiro (2005), em que cada indivíduo coopera com os demais na sua comunidade quando a estrutura e as decisões são em prol da coletividade, pode ser utilizado para avaliar as interações dentro dos territórios.

A confiança em seus pares é de suma importância ao desenvolvimento da comunidade, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) começa a entender, baseado nos trabalhos de Paul Zak e Stephen Knack (2008), que a confiança está entre um dos principais pré-requisitos ao desenvolvimento das nações.

Assim, a pesquisa demonstra que países com menores níveis de confiança entre os agentes são pobres porque os habitantes se dedicam a um número muito pequeno de investimentos a longo prazo, os quais criam empregos e aumentam o salário, acarretando baixa cooperação e baixa confiança na sociedade desses países, aumentando desta forma, os custos sociais de transação.

Entretanto, o modelo de gestão proposto deve ser compatível com as formulações pactuadas e com o modelo de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável), e com as opções estratégicas, ressaltando a democratização e a participação da sociedade e a descentralização do processo decisório e da execução das ações (BUARQUE, 1999).

A ação política do Governo visa à satisfação de demandas dos atores sociais ou reivindicações destes, e que novos atores são aqueles que já existiam, mas de forma não organizada (RUA, 1996).

Importante assim, vigorar na comunidade a capacidade e as pré-condições de autoestima, autoconhecimento, abertura e ação coletiva, e que uma concepção adequada do desenvolvimento do território deve conter, como elemento essencial, um crescente processo de inclusão social.

## AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da Reforma do Aparelho do Estado na área de administração pública brasileira, mais notadamente no Plano Diretor de Reforma do Apare-

lho do Estado (1995), buscando adotar técnicas de administração gerencial focalizada em resultados, foram reformuladas as formas de planejamento e execução das políticas públicas, visando aumentar a capacidade do governo em melhor atender às carências e demandas da população (BRESSER, 1999).

Podemos ressaltar que avaliar uma política pública torna-se uma necessidade, vez que é um campo de aprendizado e gestão de conhecimento, consoante uma sociedade democrática.

O interesse de se avaliar o PAPL/AL surge, portanto, da necessidade institucional quanto ao processo de inserção dessa política pública nas reais necessidades do seu público-alvo. Ademais, e conforme Patton (1990), avaliar o programa é necessário, pois aprecia o mérito desse programa, serve como subsídio para sua melhoria e visa o conhecimento geral do programa.

Mediante a avaliação pode-se determinar, ainda, se os objetivos e os indicadores foram alcançados. Deste modo, a avaliação é necessária para determinar se alguns dos resultados documentados foram, efetivamente, consequências da intervenção que se avalia.

É fundamental que a avaliação possa proporcionar informação em que forma e sob quais circunstâncias funciona ou não o programa.

#### METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida de forma a aproveitar as informações disponíveis, capazes de articular, técnica e empiricamente, a provável hipótese. Assim, como método de trabalho adotou-se a taxionomia de Vergara (1990) para os tipos de pesquisa:

- a) Quanto aos fins;
- b) quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, haja vista que, computados cinco anos desde a implantação do PAPL/AL, não há estudos específicos que avaliem o programa; é descritiva, pois descreve percepções dos beneficiários; é explicativa, tentando explicar as relações de causalidade entre as variáveis; e, por fim, é metodológica, pois o caminho utilizado para captação da realidade será de cunho dedutivo, partindo-se do contexto global e nacional sobre arranjos produtivos.

Quanto aos meios, a pesquisa é de campo, que representará o processo empírico propriamente dito; é documental, foram consultados os acervos das agências públicas e privadas; e é bibliográfica.

A linha de investigação caracteriza-se como Estudo de Caso, uma vez que se busca interpretar a realidade sob diferentes ângulos, permitindo uma abordagem mais genérica de todo o contexto examinado.

#### PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DE ALAGOAS PAPL / AL

##### CARACTERÍSTICA DO PAPL/AL

Para se focalizar a análise do processo do PAPL/AL, será necessário fazer um esboço das principais características do programa (objetivo, consistência, metas, meios, etc), buscando, desta forma, analisar a repercussão do processo de implantação junto aos beneficiários diretos do programa.

Desta maneira, o PAPL/AL tem como objetivo geral definir uma estratégia de atuação visando mobilizar ações coletivas e integradoras para gerar renda e emprego, direcionadas para a promoção do desenvolvimento dos micro e pequenos negócios, que, para isto, conta com a parceria de instituições públicas e privadas.

Os principais benefícios esperados do Programa são: o aumento da interação e da cooperação entre produtores e empreendedores; maior atração de capitais; aumento do dinamismo empresarial; redução dos custos e riscos empresariais; promoção de inovações tecnológicas; maior agilidade e flexibilidade da mão-de-obra; e melhoria da qualidade de vida no Estado.

O PAPL/AL possui uma estratégia de atuação que retrata o processo de implementação do programa, desde sua implantação até sua configuração mais recente.

- Identificação e seleção dos APL;
- formação de rede de parceiros;
- elaboração de planos;
- negociação das ações;
- acompanhamento das ofertas.

A identificação e a seleção dos APL partiu do processo anteriormente descrito com a utilização de critérios para a construção de indicadores, índices e as respectivas propostas. Concatenando para a escolha dos nove APL.

Formação de rede de parceiros em que cada APL selecionado é nomeado um Gestor Local (pago com recursos do programa), que articula uma rede de parceiros – agentes financeiros, entidades de ensino e tecnologia, instituições públicas nos seus três níveis, Fóruns e Câmaras setoriais, entre outros – e produtores e empreendedores visando à construção de um Plano de Ação para o desenvolvimento do arranjo.

A elaboração dos Planos de Ação dar-se em três etapas:

- 1ª – São discutidas, com a coordenação da SEPLAN/AL, propostas de intervenções, com os técnicos das secretarias específicas de cada arranjo, com base num diagnóstico sobre as necessidades imediatas;
- 2ª – Reunião com parceiros. Elaboração da estratégia global com o comitê gestor e parceiros;
- 3ª – Validação das ações com os produtores/empreendedores.

A realização das ações previstas é negociada por meio das rodadas de negociação com os parceiros, organizada por temas: tecnologia, comercialização, capacitação, crédito, infraestrutura e *marketing*.

As ações são implementadas por cada parceiro, sendo a integração das ações efetivadas pelo acompanhamento permanente do conjunto de atores do arranjo, com a elaboração de mecanismos de avaliação e controle dos Planos de Ação.

Esse processo sistêmico incorpora-se num desenvolvimento dos arranjos com base em três pilares: eficiência, sustentabilidade e rentabilidade.

O grande volume negociado nas rodadas de negociações evidencia a credibilidade dos parceiros que apostam e investem no programa. Segundo Ronaldo Morais, coordenador do PAPL/AL pelo SEBRAE/AL, vários parceiros já reservam parte dos seus orçamentos para investirem em ações dos arranjos, o que a cada ano, durante as rodadas de negociação, há um incremento no número de parceiros, tanto públicos como privados.

## CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou avaliar o Programa de Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas PAPL/AL (2004-2008) na perspectiva dos beneficiários do Programa, constituindo-se numa política pública voltado para mobilização, execução e acompanhamento dos projetos dos arranjos produtivos, localizados no Estado de Alagoas.

O programa possui um processo de metodologia de atuação nos arranjos em que, por meio de ações pactuadas nas rodadas de negociação, suas ações são planejadas e executadas por temas: tecnologia; comercialização; capacitação; crédito; infraestrutura; e *marketing*.

Sua dinâmica tenta buscar alternativas embasadas nas realidades e nas dificuldades locais, levando-se em conta a dinâmica e a realidade histórica, social, política, cultural e econômica de cada território, onde estão inseridos cada APL; convergindo esforços para propiciar maior produtividade e sustentabilidade, econômica, social e ambiental, como fatores essenciais da competitividade.

O ponto forte do programa é sua adequação dos instrumentos e estruturas ao meio em que é aplicada determinada ação. Possuindo uma metodologia centrada na interferência direta da sociedade civil, com a pactuação dos objetivos e ações, formatadas em grupos gestores.

Na percepção dos beneficiários do programa é alto o potencial transformador de suas ações, provocando mudanças organizacionais, disseminando o conhecimento e a inovação, apoiando a comercialização e gerando melhorias na infraestrutura básica dos territórios.

Ressalta-se que um esforço maior terá que ser despendido para dinamizar os arranjos, com maior mobilização e comprometimento por parte do poder público local e instituições públicas, em seus três níveis, oferecendo maior suporte aos APL.

Entretanto, é preciso considerar o acumulado e a larga experiência na construção e implementação de políticas públicas mais consequentes, em planos e programas de desenvolvimento local e territorial que os entes estaduais têm acumulado.

Diante do exposto, os arranjos produtivos podem representar uma solução em um mundo cada vez mais globalizado, onde o processo da intensificação da tecnologia é maior, o que gera um maior nível de desemprego.

## PROPOSIÇÕES

Por meio das pesquisas foi possível elencar algumas correções na proposta de execução do programa. Entre elas está à melhoria do nível de realização destas, com o comprometimento dos parceiros nas realizações destas capacitações e o aporte de recursos financeiros e econômicos acordados nas rodadas de negociações.

Garantir um maior volume de recursos para investimentos de infraestrutura.

Criar instrumentos que garantam a contratualização das ações negociadas nas rodadas de negociação, pois os parceiros assumem certos compromissos que posteriormente não são cumpridos.

Além do mais, para que se garanta a sustentabilidade dos empreendimentos, será necessário ampliar a comercialização dos bens e serviços ofertados pelos beneficiários do programa. Um bom exemplo seriam ações voltadas para a compra de relação de itens que são adquiridos pelos entes públicos (licitações, merenda escolar, dispensa, etc.).

E ainda parece haver uma caracterização da política partidária aos interesses reais da política de desenvolvimento sustentável, em que as ações não são implementadas em virtude de interesses políticos contra a sua implantação. Sendo assim, o programa terá que buscar meios de contornar essa restrição e mobilizar as forças políticas que interferem na implementação.

A questão do crédito também tem relevância fundamental para os APL, pois qualquer intervenção do governo na concessão de microcrédito deve começar por definir claramente as necessidades locais dos serviços financeiros, especialmente aqueles não atendidos pelos serviços existentes.

Por fim, sugere-se a interrelação com outros programas nas áreas educacionais e ambientais, potencializando, desta forma, o protagonismo local e criando sinergia para a busca de resultados.

## REFERÊNCIAS

- ALVA, Alfonso, R. S. de. *Guia para entender a política regional da União Européia, em planejamento e políticas públicas*, n. 21, 2002, Brasília.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS 1998-2003. Secretaria do Planejamento e do Orçamento do Estado de Alagoas – SEPLAN, 2003.
- BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. ILPES. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 13. IPEA: Brasília, Junho de 1996.
- BRESSER PEREIRA, L.C. *Reforma do Estado para a cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável*, Recife, IICA, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.
- \_\_\_\_\_. e BEZERRA, Lucila. *Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais*. Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.
- CASSIOLATO, José Eduardo e SZAPIRO, Maria Helena. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In LASTRES, H.M.M; \_\_\_\_\_. MACIEL, ML(org). *Pequena empresa cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.
- CASTELLS, Manuel. *As cidades como atores políticos*. Novos Estudos, CEBRAP. São Paulo, n. 45, 1996.
- CLEMENTE, Ademir & Higachi Hermes. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atal, 2000.
- COHEN, E. e FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- COSTA FILHO, Alfredo. Globalização e políticas regionais nacionais na América Latina, em a política regional na era da globalização. Konrad – Andenaver – Stiftung / IPEA, *Debates* n. 12. São Paulo, 1996.



Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.  
[http://www.bnb.com.br/content/aplicacao/Sobre\\_Nordeste/Estudos\\_e\\_Pesquisas/gerados/obras\\_cientificas\\_bnb.asp?idTR=publicacoes](http://www.bnb.com.br/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/Estudos_e_Pesquisas/gerados/obras_cientificas_bnb.asp?idTR=publicacoes).

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Subsídio para organizar avaliações da ação governamental*. Texto par discussão. Brasília, nº.776, jan. 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HADAD, Paulo Roberto *et al.* *Economia Regional*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

KILBE, Peter. Avaliar a assistência técnica. *World Development*, v.7, 1979.

LAZARSELD, P. & BOUDON, R. (1973). De los conceptos a los índices empíricos. In: *Metodología de las ciencias sociales*. Barcelona, Editorial Laia. MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEMOS *et.al.* *Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LOCKE, Richard M. *Refazer a economia italiana*. New York: Cornell University Press, 1995.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, p.9-16, mar. 2002.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.

MAILLAT, D. Globalização, Meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, p.9-16, mar.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Política nacional de desenvolvimento regional*. Brasília – DF, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR: Secretaria do Desenvolvimento da Produção. *FÓRUNS DE COMPETITIVIDADE*, 2002.

MIRANDA, Carlos *et.al.* *Planejando o desenvolvimento sustentável – A experiência recente do Nordeste*. IICA. Brasília. 1996.

NORTH, Douglass C. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977.

PATTON, Michael Quinn. *Qualitative evaluation and research methods*. London: Sage Publications, 1990.

PORTER, M. E. *Competição = On competition: Estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. Clusters e competitividade. *Revista HSM*, São Paulo, n. 15, p.100 a 110, jul – ago 1999.

PUGA, Fernando Pimentel. *Alternativas de apoio a MPMEs localizadas em arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

PINHEIRO, A. M. R. C. ou CASTELAR, Armando; Saddi, Jairo. *Direito, Economia e Mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). *O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SACHS, Ignacy. Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir, o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 10, n. 1, jan./mar. 1990, São Paulo, Brasiliense, 1990.

SANTOS, P. C. F.; MINUZZI, Josiane; CASAROTTO FILHO, N.; CRUZ, Nicholas Joseph Tavares da. O arranjo produtivo de mel do estado de Alagoas e seu papel no desenvolvimento local sustentável do sertão alagoano. In: XVI Simpósio de Engenharia de Produção, 2009, Bauru. *Anais do XVI Simpósio de Engenharia de Produção, 2009*

SEM, Amartya K, *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS –SEBRAE. *Subsídio para a Identificação de Clusters no Brasil: Atividades da Indústria*. Relatório de Pesquisa, Ago 2002.

\_\_\_\_\_. *Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – MPME: uma nova estratégia de ação para o Sebrae*. Brasília, 2004.

SICSÚ, A. B., Lima, J. P. R., e Silva, G. V. *Novas lógicas de planejamento regional e a valorização do local: estudo de casos em Alagoas e Pernambuco*, PIMES/UFPE: Textos para discussão, n. 467, 2004, Recife.

STEPHENKNACK. *II Fórum Mundial sobre medir e promover o progresso das sociedades*, de 27-30 junho de 2007, Istambul/Turquia.

TENDLER, J. *A convergência remamarkable de moda sobre as pequenas empresas e do setor informal*. Cambridge. MIT, 1987.

TENÓRIO, F. Cidadania. In: Tenório. F. (org). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijui.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. *Estudo de Casos: Planejamento e Método*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.